

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

AGOSTO DOURADO

O aleitamento materno é uma das principais estratégias de proteção da saúde na primeira infância e a importância dessa prática ganha destaque durante o Agosto Dourado, mês dedicado à proteção e apoio à amamentação. A recomendação do Ministério da Saúde é que o bebê seja amamentado exclusivamente até os seis meses de vida.

COLETA

Segundo dados da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH-BR), coordenada pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), 131.211,90 mil litros de leite humano foram coletados no Brasil entre janeiro e junho deste ano. No mesmo período, a rede registrou 99.437 doadoras e 122.930 receptores.

MATO GROSSO

Em Mato Grosso, 1.553,50 litros de leite humano foram coletados entre janeiro e junho. Durante este período, o estado registrou 1.275 doadoras e 778 receptores. O leite doado passa por etapas de seleção, processamento, pasteurização e controle de qualidade antes de ser distribuído aos recém-nascidos que necessitam desse alimento.

ainda não possui, incluindo no uso da IA. Trata-se do conhecido skills gap, o descompasso entre as habilidades disponíveis e aquelas de fato demandadas pelas empresas. Outro elemento com frequência tido como culpado é a Geração Z. Muitos gestores afirmam que os jovens não aceitam hierarquias rígidas, valorizam mais a saúde mental, a flexibilidade e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. É verdade que as expectativas mudaram, a realidade é outra. Por que as novas gerações deveriam aceitar, sem questionar, modelos de trabalho concebidos para um mundo que já não existe? A pandemia acelerou uma transformação irreversível. O trabalho remoto, os modelos híbridos e a valorização da qualidade de vida ampliaram o poder de escolha dos profissionais. Empresas que insistem no retorno integral ao escritório, sem rever remuneração, benefícios e cultura organizacional, passaram a enfrentar índices maiores de rotatividade. Não é apenas uma disputa por salários; é uma disputa por propósito, autonomia e flexibilidade. Há ainda uma contradição que expõe a irracionalidade do mercado brasileiro. Enquanto oito em cada 10 empresas afirmam não encontrar profissionais, milhares de trabalhadores experientes, acima dos 50 anos, permanecem fora do mercado. O etarismo/idadismo continua eliminando candidatos bem qualificados sob a suposta ideia de que terão dificuldades para acompanhar mudanças tecnológicas. O resultado é perverso. Empresas reclamam da escassez ao mesmo tempo em que descartam uma parcela significativa da mão de obra disponível. A boa notícia é que parte das empresas já percebeu que esperar pelo candidato perfeito deixou de ser uma estratégia viável. Crescem os investimentos em programas de upskilling e reskilling, que qualificam profissionais da própria empresa para novas funções. Ainda segundo a pesquisa do ManpowerGroup, essa passou a ser a principal resposta das organizações brasileiras à escassez de talentos. Também ganham espaço benefícios ligados à flexibilidade, revisão salarial, recrutamento de novos perfis e ferramentas como o salário sob demanda, que permite ao trabalhador acessar parte da remuneração antes do fechamento da folha. Além de aliviar dificuldades financeiras, esse modelo

tem sido utilizado como instrumento de retenção e engajamento em atividades com elevada rotatividade. No fim das contas, a velha frase continua viva porque é confortável. Ela transfere toda a responsabilidade ao trabalhador e dispensa uma reflexão mais profunda sobre educação, produtividade, gestão de pessoas e transformação tecnológica. É muito mais simples dizer que “ninguém quer trabalhar” do que admitir que empresas, governos e instituições de ensino ainda caminham em velocidades diferentes. Max Weber, o sociólogo alemão, afirmava que o trabalho dignifica o ser humano. Seu compatriota, o filósofo Friedrich Nietzsche, não aconselhava o trabalho, mas a luta pela vida melhor. Também alemão, o economista Karl Marx, defendia que o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. À direita, sem posição e à esquerda, do ponto de vista ideológico, os três têm alguma razão no trato do mesmo tema. Talvez meu bisavô estivesse apenas descrevendo a mudança de seu tempo. Meu avô fez o mesmo. Meu pai também. Agora chegou a nossa vez de reconhecer que o trabalho continua sendo valorizado, apenas deixou de aceitar sem contestação as mesmas regras de sempre. E isso, longe de representar um problema, pode ser o impulso de que o mercado precisava para modernizar, evoluir.

Ricardo Viveiros, jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura (UPM), membro da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e dos Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e conselheiro da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE). Autor, entre outros livros, de A vila que descobriu o Brasil, Memórias de um tempo obscuro e O sol brilhou à noite. Apresenta aos domingos, pela TV Cultura, o programa “Brasil, mostra a tua cara!”.



FOTO: DIVULGAÇÃO



canais do Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres (GPPM), Rede de Enfrentamento, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), órgãos integrantes da Rede e meios de comunicação locais.

Já a Consulta Pública Digital será realizada de 26 de agosto a 24 de setembro, durante 30 dias corridos. Nesse período, o formulário eletrônico disponibilizado nos canais oficiais do Município permanecerá disponível para o recebimento das contribuições da sociedade. A participação é gratuita, voluntária e consultiva.

Acesse: <https://forms.gle/pkdkrN-RW9yKmZBQQ7> (**Redação DS/Assessoria**)